



Comunicação

UM RELATO SOBRE A POLÍCIA NACIONAL E O CONTROLE DA DELINQUÊNCIA JUVENIL NA NICARÁGUA

Marco A. Valle Martínez*

I. APRESENTAÇÃO

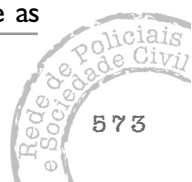
O presente relato tem como base a minha experiência de 14 anos de trabalho profissional com a Polícia Nacional da Nicarágua (PN), que me permitiram contribuir para a análise, formulação, implementação, monitoramento e avaliação de iniciativas diretamente relacionadas à preservação e ao controle da delinquência juvenil na Nicarágua, assim como na região da América Central.

As seguintes linhas são uma espécie de reflexão com uma síntese global, o que significa que – mesmo estando baseado em experiências particulares e gerais de meu trabalho, algumas vezes como consultor e em outras como assessor – se desenvolve em um nível geral e não responde a uma única experiência, lugar, grupo, intervenção, tática, etc. Do mesmo modo, destaco que o principal ator é a PN, os e as policiais e, no meu caso, o que faço é organizar, sistematizar e relatar a minha experiência, tratando de ser o mais fiel possível à ação policial junto à comunidade.

Gostaria de deixar claro que, se no relato se percebe que faço bons comentários a respeito da PN, jamais será porque fui consultor ou porque atualmente sou assessor, mas sim porque considero que as coisas foram bem feitas; do mesmo modo indico os pontos fracos pessoalmente na prática. Algo que esta polícia realmente tem é o seu grau de democracia em seu interior, onde, mesmo com os seus pontos fracos, seus membros não só podem como são estimulados a apresentar as suas opiniões, intercambiar pontos de vista que, *a posteriori*, os chefes incorporam. Existem casos em que este exercício é menos executado, ou podem existir alguns que não o considerem de muita utilidade, mas se pode afirmar que estes são a exceção e não uma política institucional.

Nesse sentido, as minhas apreciações nunca são absolutas durante o relato; tenho certeza de que sempre existem as exceções ou que as

*Assessor da Polícia Nacional, coordenador Mestrado Políticas Públicas - Universidade Centro-Americana



coisas não acontecem em 100%, mas o menciono agora para evitar ter de repetir sempre que existem as exceções para o cumprimento da política, da estratégia e da tática institucional.

Por outro lado, os olhos através dos quais se lerá o “estado da arte” da prática policial a respeito do controle da violência juvenil são os meus, o que implica que outros olhos podem apreciar algumas situações de outra forma e outros de outra. O que é realmente importante é que exista consenso sobre a tendência geral. Gostaria que este tipo de relato ajudasse nos objetivos do curso como espaço interdisciplinar e interinstitucional de diálogo, intercâmbio e reflexão sobre os problemas e ações de democratização das polícias na América Latina.

Para finalizar a apresentação, destaco que, como se trata de um relato, não esperem só notas de rodapé com citações de livros, artigos ou ensaios; o que mais vou expor são apreciações, situações, referências, documentos de trabalho e/ou oficiais, mas todas vividas, ou como também se diz, fontes primárias.

2. O SER HUMANO E SEUS DIREITOS

Durante reuniões, capacitações, intervenções, operações e qualquer tipo de evento, respira-se, no interior da polícia, um ambiente de respeito aos direitos humanos, mesmo nas situações mais difíceis e arriscadas, ou ainda quando um membro da instituição tenha de sair dela. Dito de outra maneira, durante atuações policiais, cumprimento dos métodos particulares de trabalho, preparação contínua, em resumo, na cotidianidade policial se remarca a importância do respeito à vida e aos direitos humanos.

Este fenômeno não é produto natural e nem do acaso, senão de um processo que nasce em 5 de setembro de 1979, quando é fundada a PN com um sentido de serviço à população e respeito aos direitos humanos, que se expressa em 1980 com o Decreto 559 que cria a “Lei de Funções Jurisdicionais da Polícia Sandinista, assim como na Lei 228, Lei da Polícia Nacional, emitida em 31 de julho de 1996 e seu Regulamento através do Decreto Presidencial Nº. 26-96, emitido em 25 de outubro do mesmo ano. Igualmente, tem a sua base explicativa na Doutrina Policial (20 de outubro de 1997), no Diagnóstico Institucional de 1999, na Política Integral Polícia – Comunidade e Direitos Humanos (Disposição 0426-2001), no Plano

Estratégico 2005-2009, e no Modelo de Polícia Comunitária Pró-ativa (PCP), que está sendo formulado através de um processo de consulta interna neste ano de 2007.¹ A Academia da Polícia “Walter Mendoza”, Instituto de Estudos Superiores, desempenha um papel destacado neste âmbito.

Certamente, esta visão policial é a que incide para que quem esteja cumprindo tarefas de prevenção e controle da delinquência juvenil aprecie, à primeira vista, os jovens como o são, ou seja, jovens e o seu mundo, e não delinquentes sem mais nem menos. Este ponto foi analisado com profundidade em torno de 2002-2003, quando se estava projetando criar uma estrutura especializada para atender os problemas produzidos pela violência juvenil; nesse momento se pensava que era necessário mudar a estigmatização dos jovens, que tínhamos que trabalhar com eles e elas, que se devia melhorar a relação da PN com os jovens e, mais ainda, que a instituição devia promover uma coordenação interinstitucional que ajudasse a melhorar as condições de vida da juventude em risco, em vez de reprimi-los. A estrutura Direção de Assuntos Juvenis (DAJ) foi criada em 22 de setembro de 2003 pela Disposição Administrativa No.025 – 03 do Diretor Geral da PN.

De forma contrária, em alguns países existe a tendência a igualar os jovens que se vestem de determinada forma, se divertem nas esquinas, escutam a sua música e jogam o seu esporte favorito (ou ao que têm acesso) e cometem uma ou outra falha com gangues, facções ou tribos, dos quais se devem esperar condutas anti-sociais ou delitivas. Não querem perceber que os jovens têm a sua própria forma de observar o mundo, de se comportar, expressar, divertir e enfocar as suas preocupações e o fato de que esteja em ascensão a delinquência juvenil não significa que todo jovem seja delinquentes, bem como tampouco que todo adulto o é. O problema deste tipo de visão é que é eminentemente reativa, tem preconceitos que leva a que, de antemão, se condene qualquer jovem de risco, age em função de clichês, e não pensa que podem ser dadas oportunidades para que se reintegrem à sociedade.

3. ORIENTAÇÃO PARA A COMUNIDADE (CIDADANIA)

Do mesmo modo, a PN, desde a sua fundação, desenvolveu a sua ação pensando em servir e no bem-estar da comunidade, evoluindo desde uma estrutura e organização centralizada (“de dentro para dentro”) para uma gestão policial (“de fora para dentro”), que escuta a voz cidadã, recolhe

opiniões, as incorpora e trabalha para aproximar ao máximo os seus serviços da comunidade e implementar a sua ação junto à comunidade.

Um exemplo transparente dessa perspectiva de estar vinculada à comunidade foi vivida, entre outros momentos, nos primeiros anos da década de 90, quando se pensava em começar a precisar de um modelo melhor de trabalho com a comunidade, e se dialogava sobre como chamá-lo, chegando-se ao consenso de que devia se chamar “relações polícia-comunidade”, ou seja, com hífen para denotar uma fusão de ambas as partes e não “polícia e comunidade”, que insinuava separação. Hoje se expressa na diretriz que mostra uma polícia “de e para a comunidade”, o lema de 2007 “com fortaleza e dignidade 28 anos de serviço à comunidade”.

A sua aplicação nas tarefas de prevenção e controle da violência juvenil se materializa, entre outros pontos, na sinergia PN, participação comunitária e coordenação interinstitucional no território, seja no distrito, município, bairro, comarca, vilarejo, etc. A ação policial para enfrentar os problemas da violência e delinquência juvenil, teve as idas e vindas que nas próximas páginas serão expostas.

4. CARACTERÍSTICAS DE LARES E DOMUNDO DE JOVENS EM RISCO, E GANGUES

Diversos estudos da DAJ enfatizam que o mundo dos jovens em risco e delinquentes juvenis se caracteriza por a) lares pobres onde geralmente falta uma autoridade necessária para impor uma ordem e inculcar valores, práticas e atitudes socialmente aceitáveis, b) ausência de controle familiar, c) exclusão do sistema educativo, e d) não sabem que o fazer com o seu tempo que quase todo é livre.

Por nossa parte, em um diagnóstico de segurança cidadã nacional que realizamos em 2002, encontramos os seguintes fatores associados à delinquência juvenil: 1) percepção de exclusão, 2) pares ou amigos próximos, 3) violência familiar, 4) exclusão do sistema educativo, 5) falta de espaços de recreação e superação cultural, 6) desemprego. A pobreza é um fator transversal desses lares.

A inter-relação destes fatores indica que à medida que o jovem vai crescendo, vai interiorizando um modelo de vida produto de sua

experiência caseira entrecruzada com a dos familiares, amizades, escola, igrejas e meios de comunicação que em linhas gerais, indicam o caminho do estudo, trabalho, formar um lar com filhos e filhas e ser mais ou menos feliz. Do mesmo modo, quando chega a ser um jovem adulto espera poder realizar o imaginado.

Mas quando a realidade lhe nega o imaginado, o jovem sofre um choque já que percebe que os seus sonhos não serão realizados, enquanto outros sim o farão, determinando a colocação em movimento de uma conduta rebelde dirigida a expressar que têm valor, identidade, dirigindo as suas forças contra tudo o que identificam como “culpável” pelo seu fracasso e contra os que percebem que “têm algo” que eles não conseguem. Quase sempre esta cena acontece em lares pobres, é por isso que os jovens em risco, gangues e delinqüentes juvenis predominam neste estrato.

É comum também que o jovem encontre na rua o que não encontra em casa: calor humano, fraternidade, comunicação, ao mesmo tempo em que reafirma valores próprios mais da adolescência e da juventude como a coragem, a audácia, o heroísmo e o desafio pelo perigo. Os pares ou amigos próximos da rua também são um fator intimamente associado, que pesa nos jovens, mas também, e talvez inclusive com muita força, nas crianças e adolescentes. No caso destes últimos, viver no mesmo bairro, ser vizinho, ou familiar de integrantes de gangues ou de integrantes de grupos anti-sociais é um elemento de risco, já que facilmente são percebidos como seus heróis e modelos a serem imitados; e ainda mais quando nos lares existe desunião, pouco controle sobre os filhos e estes não estudam, deambulam pelas ruas ou trabalham em mercados, sinais de trânsito ou em outro lugar de risco.

Ao mesmo tempo, em alguns casos é conveniente para os delinqüentes ter em suas filhas crianças e adolescentes já que podem cumprir “missões” cada vez mais difíceis para os jovens e jovens adultos, tais como se introduzir por uma janela para roubar uma casa, comprar drogas, servir de chamariz para um roubo, arrebatam cordões, relógios, etc.

A tendência de prevalência de famílias com chefes de baixo nível educativo, ausência de valores para orientação, desempregados e/ou desunidos, constantes cenas de violência familiar, ausência de assistência dos filhos e filhas à escola e pouco controle dos filhos por parte dos chefes de

família, eleva as probabilidades de que alguns dos membros se precipite na delinquência juvenil. Noventa por cento dos jovens delinquentes consomem drogas como cocaína, maconha e crack, além de consumir álcool. Neste sentido, a relação da violência, da delinquência juvenil, e das gangues com as drogas é direta. ²

5. GRUPO DE RISCO, GANGUES E GRUPOS DE DELINQUENTES

De acordo com a DAJ, as duas categorias policiais objeto de prevenção e controle social e policial são grupos de risco (ou grupos de alto risco social) e gangues.

Com relação aos primeiros, suas características são: a) não têm natureza jurídica como associação de jovens, b) se relacionam espontaneamente às vezes com fins menos lícitos, c) mantêm vínculos com a sua família, d) saem constantemente de seus lares, e) juntam-se em parques, esquinas, centros comerciais, mercearias, ao redor de centros de estudo e pontos de ônibus, f) ocasionalmente consomem álcool, drogas, entorpecentes e psicotrópicos, g) demonstram alguns sinais de violência e rebeldia e, h) eventualmente cometem infrações leves contra a lei, classificadas como faltas penais.

Enquanto as gangues têm as seguintes características: a) se identificam como grupos, utilizam símbolos, linguagens e condutas de identidade, como solidariedade e ser membro de grupo, b) pode ou não haver hierarquia organizativa, c) mantêm vínculos com as famílias, d) se associam eventualmente com adolescentes e jovens da rua, que não têm vínculos familiares, e) as regras e normas de atuação não são rígidas, geralmente não há ritual de entrada e não há consequências em caso de saída, f) se organizam de forma local, no quarteirão, na quadra, na esquina, no bairro, que consideram como seu “território”, g) não têm comunicação nem vínculos com outras gangues de outros bairros e de outros departamentos do país, h) cometem delitos, faltas penais, lesões, danos à propriedade, etc., que provocam grande sentimento de insegurança i) consomem álcool e drogas habitualmente, j) exercem a violência contínua e muito afirmada como grupo, k) se enfrentam com outras gangues em defesa de seu “território” com o uso de fogo, belincas, de caça e outras, l) tipo penal

Alguns nomes de gangues são: Los Batos Locos, Los Peteretes,

Los Culiolos, Los Pelones, Los Chilamates, Los Cabros, Los Chibolones, Los Arroyeros, Las Gárgolas del Fox, etc. Estes tipos de nomes indicam que houve pouca influência de gangues ou facções de outros países centro-americanos ou dos Estados Unidos. Mais ainda, em todas as intervenções sobre violência juvenil que participamos escutamos poucas expressões dos jovens delinquentes que denotem admiração e desejos de chegar a ser como os “modelos” salvadorenhos, hondurenhos ou guatemaltecos. Em algum momento, foram percebidas pequenas influências estrangeiras nas cidades de Estelí e Chinandega (ambas próximas da fronteira norte), mas não tiveram maior significado. Um ponto em aberto na agenda de pesquisas e intervenções é encontrar os fatores que explicam o “nacionalismo” da gangue nicaragüense, sua ação amadora com relação às gangues de outros países e o porquê de, sendo a Nicarágua um dos países com índices mais baixos de desenvolvimento humano, é um dos países mais seguros da América Central.

Os grupos de delinquentes são – como indica o seu conceito - a reunião de vários delinquentes juvenis, que podem ou não andar com adultos e que se dedicam a delinquir, praticando atos contra a vida das pessoas, contra a propriedade ou efetuando delitos contra a saúde. Este tipo de grupos, que na área urbana têm normalmente poucos membros, nem sempre age em conjunto, e se separa, e seus os membros agem individualmente, com outros delinquentes ou voltam a se juntar pra delinquir. O importante neste caso é que se está na presença de delinquentes que, não raramente cometem homicídios, assassinatos, lesões e roubos de diversos tipos em seu expediente de vida.

Que não se pense que essas categorias sempre existiram e que são estáticas e que as suas fronteiras são cristalinas. Pelo contrário, estas são o resultado de um processo de reflexão e busca com base na prática policial em inter-relação com profissionais e organismos cuja missão é a prevenção da violência e o delito. Sobre esse aspecto, em sessões de análise que efetuamos com oficiais que trabalham diretamente a delinqüência juvenil, se destacaram muitos exemplos de jovens que começaram em grupos de risco, passaram para gangues e que hoje são delinquentes que estão presos, sendo procurados e alguns estão mortos devido a sua vida violenta. Do mesmo modo, existem os que conseguiram superar os momentos de participação em gangues e se integraram à vida social, ou outros que conseguiram sair dos grupos e da vida arriscada.

6. RELAÇÕES POLÍCIA–COMUNIDADE, DELINQUÊNCIA JUVENIL E PROCURA DO ENFOQUE ADEQUADO.

Durante os anos 90 e começo de 2000, estiveram em seu apogeu as gangues que se fizeram notar em várias capitais departamentais com maior presença que atualmente. Foram anos de investigação, busca e reflexão sobre o enfoque adequado para enfrentar a violência e delinquência juvenil, sempre tendo como eixo da ação policial as relações polícia-comunidade.

À raiz de um estudo que realizamos em 2001 sobre a necessidade de melhorar o sistema de emergência policial 118 de Manágua, tivemos a oportunidade de entrevistar policiais, consultar documentos e analisar em alguns bairros da capital com a comunidade o problema da violência juvenil e os serviços de emergência da PN. Na ocasião, precisamos que o 118 fosse concebido e colocado em funcionamento em dezembro de 1994 com a finalidade de oferecer serviços de emergência à população da capital, preocupada com os problemas das gangues. Ou seja, o 118 nasce vinculado diretamente aos conflitos provocados pela delinquência juvenil. Conforme a população foi conhecendo o 118, o utilizou não só para esse fim, mas sim para qualquer assunto que lhe preocupava e que a polícia devesse atender de imediato. Dessa forma, foi sendo legitimado como emergência tudo o que segundo a população que chamava o 118 estava ocorrendo e requeria a presença policial imediata.

Sob este prisma, tornou-se costume considerar como emergência tudo o que se recebia no 118, que era transferido via rádio-operadores às patrulhas e à Brigada Especial (B/E) no caso de gangues, que ofereciam serviço em seis distritos (do 1 ao 6), ficando excluídos o distrito 7 San Rafael del Sur e o distrito 8 Tipitapa. No caso da B/E, esta atendia de forma rotineira do 2 ao 6 e, em certos momentos, o 1, e, depois, a Tipitapa devido ao aumento da presença de gangues.⁴

Mesmo a polícia mantendo a sua orientação para a comunidade e com objetivos de prevenção, se buscava aprofundar a mencionada relação, no caso da violência juvenil e das gangues em particular, o método reativo estava em seu apogeu junto com experiências de índole preventiva-simbolizado pela ação da Brigada Especial, conhecida popularmente como “anti-motins”. Ao anoitecer, os “anti-motins” saía para determinados bairros

de Manágua para freiar a violência das gangues e levar a sensação de segurança para a comunidade. A Brigada foi criada para conter alterações da ordem pública e levar tranqüilidade à cidadania nos anos 90, quando se deram perturbações devido a problemas da propriedade, estudantis, greves de transporte, etc.

O “Plano Gangues de Manágua” executado em 1999 por exigência do Executivo durante três meses, nas noites e madrugadas, exemplifica a concepção reativa da ação policial desses anos, que teve como símbolo os “anti-motins”. O plano operacional estabelecia diariamente os lugares de maior conflito, violência e destruição ocasionada pelas gangues e, com essa orientação as forças policiais marcavam presença desenvolvendo vigilância e patrulhamento motorizado intenso e procedendo-se à neutralização das gangues quando a situação assim exigia. Nos bairros em que houve mais violência quando ao entardecer, e isso ocorreu nos finais de semana, os “anti-motins” estavam em ação. Em meio à concepção reativa se estava tentando mudar o método e, por isso, outras instituições governamentais, como o Ministério de Educação, o Ministério da Família, a Secretaria da Juventude, etc., foram incorporadas ao mencionado plano.

Alguns objetivos do plano foram melhorar a segurança e o sentimento de segurança cidadã nos lugares de maior violência de gangues, capturar os chefes das gangues e incorporá-los a centros de estudos, associações esportivas, religiosas, etc. os jovens que aceitassem dar esse passo de reintegração social. Com destaque nos meios de comunicação, foi declarado que o plano havia sido um sucesso, pois a comunidade e os bairros afetados expressaram que agora dormiam e viviam tranqüilos, muitos chefes foram capturados e processados, enquanto outros receberam pena de sanção policial comutável por multa.

Durante as entrevistas que realizei com chefes de setor destacados nesses territórios eles expressavam que o plano a) teve bons resultados imediatos, mas que a médio prazo o problema continuaria, b) que muitas gangues tentaram se armar para enfrentar à polícia, c) que violência contra violência gera mais violência, d) que o seu trabalho no território foi afetado já que os “anti-motins” chegavam, colocavam ordem e embora iam, enquanto eles que ficavam no território recebiam as conseqüências, por exemplo, muitas famílias que acreditavam neles, os chefes de setor, depois deixavam de acreditar e então diminuía o ânimo de trabalhar lado a lado

com a polícia. À continuação, também consideravam que os chefes de gangues e as gangues em geral “temiam os anti-motins”, “colocavam falcões (vigias) nos bairros e, quando sabiam que vinham muitos, membros das gangues fugiam e iam para outros bairros ou se escondiam”, enquanto outra expressão síntese foi “...para que, os azuis (os anti-motins) colocavam as coisas em ordem, esses não dialogavam mas chegavam para fazer o seu trabalho...”.⁵

Pois bem, enquanto em Manágua se desenvolvia o Plano Gangues, em Masaya, a 27 quilômetros, empreendíamos, ou melhor, participei como coordenador de um projeto de segurança cidadã no qual intervieram PN, governo central, prefeitura, comerciantes, moradores, igrejas e organizações não governamentais, que teve como um de seus eixos a prevenção da violência juvenil.⁶ Esta experiência foi totalmente diferente da de Manágua. Enquanto na capital se abordava o problema com as gangues, em Masaya era mais com grupos de risco e com uma ou outra gangue incipiente.

De forma simultânea, a Chefatura Nacional da PN, e em particular a Subdireção Geral de Prevenção, impulsionava reuniões e trabalhos de análise das diversas formas em que se abordava a violência juvenil em nível nacional, os seus resultados e a melhor forma de fazê-lo, tendo como orientação o respeito à vida e aos direitos humanos e um sentido de aproximação com a comunidade.

O contexto no início do projeto em Masaya foi marcado por uma greve nacional do transporte e de estudantes que impediu que o Plano de Ação (do projeto) fosse lançado em abril. Uma greve que afetou o país determinou que a PN concentrasse o seu trabalho em tarefas de ordem pública, tais como *blitz* operacionais fixas, serviços de patrulhamento motorizado, controle de objetos explosivos, etc. Por tanto, a população também se concentrou em resolver as suas necessidades de mobilização com todas as conseqüências que para cumprir com os seus trabalhos, compras, comércio, escolas e mais, significou a greve. Deve-se ter em conta que são anos em que os grevistas e incluindo alguns movimentos políticos quiseram manipular as gangues e os jovens em risco para que provocassem o caos em algumas cidades,

especialmente na capital.

Depois de pouco mais de um ano, os resultados do projeto estavam à vista, entre outros, melhor controle de pontos de venda de bebidas alcóolicas, neutralização de uma boa quantidade de pontos de venda de drogas, avanços no controle de armas de fogo, desarticulação das gangues, acordos de não agressão entre grupos de jovens em risco, incorporação ao estudo e abandono da violência juvenil. Estes resultados foram produto da combinação do trabalho preventivo policial e social, em que os diversos atores articularam esforços, incluindo os mesmos jovens que foram deixando a violência. O principal foi apreciar o jovem como jovem, não como delinqüente, não como membro de gangue, valorizá-lo sem preconceitos, falar com eles, entendê-los, penetrar no seu mundo, nos seus problemas, escutá-los, integrá-los em atividades acordadas, falar com as famílias, parentes próximos, amigos e amigas, fazê-los participar de atividades culturais, esportivas e religiosas, e contribuir para que encontrassem esperança no seu futuro. Ao mesmo tempo, eram executadas ações de prevenção policial que, entre outros propósitos, tratavam de abrandar os líderes de grupos em risco/gangues que tentavam boicotar as atividades do projeto.

Um indicador de resultados foi que a população de Masaya avaliou positivamente o serviço que a PN prestava em seu bairro ou em sua região. Na pesquisa de 1998, 27% das pessoas consideravam que o serviço era adequado e muito adequado, aumentando a porcentagem para 33.5% de adequado e muito adequado em 2000. O mesmo aconteceu com as opiniões negativas. Em 1998, 71% opinou que era pouco adequado e nada adequado, assim que em março de 2000 descendeu para 64.8%. O mesmo aconteceu com o patrulhamento. Em 1998, 21.6% opinou que a polícia patrulhou com freqüência e com muita freqüência a sua região, enquanto em 2000, o índice foi 28.8% de pessoas que disseram que patrulhavam com freqüência e muita freqüência. Sempre na mesma direção, é interessante a diminuição de opinião negativa sobre o particular. Em 1998, 77.3% disseram que a polícia patrulhava muito pouco e nunca, e em 2000 essa porcentagem diminuiu para 48.5%.⁷

Este projeto teve certa repercussão nos esforços de mudanças de métodos já que a Chefatura Nacional o monitorou constantemente e este foi documentado do princípio ao fim, o que permitiu que servisse como insumo para a reflexão, comparação e para avançar para um modelo que tivesse como eixo a prevenção e não a reação.

7. PELO MODELO DE PREVENÇÃO DO DELITO E DA DELINQUÊNCIA COMO EIXO DA AÇÃO POLICIAL

Em 1995 a Chefatura da Polícia Nacional formalizou a priorização da área preventiva, através da especialidade de Segurança Pública Nacional, reestruturando a estratégia fundamentada na prevenção do delito, na qual se envolveram os diversos atores da sociedade. Conclui-se que o delito e a delinquência não são um problema policial, mas sim social e como tal é necessário enfrentá-lo sob uma perspectiva que combine o social e o policial. Nesse mesmo ano, foram aprovadas as Normas de Organização Interna da Especialidade de Segurança Pública e, em 1996, a Doutrina Policial, que estabelece de forma clara a concepção e a filosofia de serviço de prevenção pública do delito, que oferece a Polícia Nacional à sociedade nicaragüense. Neste documento se orienta que a especialidade de Segurança Pública adote o modelo integrado preventivo-corretivo, que concebe o crime como um problema social.

Enquanto se está com o Plano Gangues e o enfoque reativo em outros espaços e intervenções, também são vividas experiências de prevenção social como Masaya, que depois são reproduzidas em municípios como León, Chinandega e Estelí, e em nível central se reflete no Conselho Nacional da PN sobre o caleidoscópio de práticas policiais, e são organizadas as experiências e se incide na ordem normativa da instituição, redirecionando a ação para o enfoque preventivo que hoje é aprofundado e se busca consolidar.

Em meio a essa dinâmica, surgem os Comitês de Prevenção Social do Delito (CPSD) em Manágua em 1997, com o propósito de ajudar a enfrentar o crescimento dos problemas gerados pelas gangues e os pontos de venda de drogas. O interessante do caso é que surgem um ou dois problemas concretos e depois, conforme se intensifica a relação com a polícia, vão se convertendo em estruturas participativas da população para ajudar na construção de sua segurança cidadã. Em 2003 foi efetuada a primeira reunião dos CPSD do departamento de Manágua. Neste ano de 2007, se tem planejado efetuar a primeira reunião nacional em outubro, que estava pronta para ser realizada nos dias 7 e 8 de setembro, mas que foi cancelada por causa dos estragos ocasionados pelo Furação Félix, que obrigou a instituição a dar prioridade à direção RAAN, onde pegou com toda a sua fúria o fenômeno natural.

Como expressamos no relato, esse espírito comunitário, que tem as suas raízes nos anos 80, está claramente expressado no artigo 6, inciso 4, da Lei 228, que se refere às “relações com a comunidade” com o propósito de estabelecer mecanismos e colaboração com as diferentes organizações da sociedade civil, e observar, a todo momento, um tratamento correto e esmerado com os cidadãos, entre outros tópicos. Portanto, a Doutrina Policial destaca nos princípios e valores o “serviço à comunidade”, dizendo que “o trabalho policial em todos os seus âmbitos tem sentido só em estreito vínculo com a comunidade à qual serve, com o fim último de prevenir atos ou situações que atentem contra a segurança individual e coletiva”. A visão e missão também contêm essa orientação de desempenhar o trabalho policial “íntima relação com a sociedade”; perspectiva que se reafirma nas Diretrizes para o Trabalho da Polícia Nacional em 1999, tanto em seus objetivos estratégicos, como em seus planos e, objetivos específicos.

Em um relatório da Chefatura Nacional em 1999, transmitindo nossa apreciação sobre o enfoque preventivo e as relações com a comunidade, escrevíamos “...somos da opinião de que este estado da concepção - e sua dinâmica – é alentador já que mostra que na prática policial há efervescência, movimento e forças que empurram para a mudança, além de ser parte da transição institucional. Dito de outra forma, as relações polícia-comunidade, nos fatos, estão em processo de construção e delimitação e, como tal, do mesmo modo a sua conceitualização, em um ir e vir onde ambas as partes (prática e reflexão) se retro-alimentam.”⁸

Esse espírito de prevenção e busca com relação à delinquência juvenil se concretizou em 2003 com a criação da Direção de Assuntos Juvenis, depois de um processo de consultas à população, pessoas conhecedoras do problema, organismos não governamentais, ministérios e, logicamente, consultas internas na polícia. Foi uma aprendizagem valiosa já que foram abordadas análises e discussões a respeito do enfoque preventivo, a visão, missão, princípios, a percepção dos jovens sobre a polícia, a percepção dos/das policiais sobre os jovens, o peso de sua participação no total de delitos nacionais, algumas experiências com sucesso de trabalho com jovens, a conceitualização de adolescente, jovem, jovem adulto, grupo de risco, gangues, etc.

○ o modelo preventivo global da instituição policial, com relação à

juventude se concebe como missão “definir e promover respostas de prevenção ajudando a missão da Polícia Nacional manifestada em uma eficiente e eficaz resposta de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de meninas, meninos, adolescentes e jovens, contribuindo na formação e transformação das relações de respeito, igualdade e equidade, que propiciem uma cultura de paz no marco da segurança cidadã necessários para o desenvolvimento da qualidade de vida da nação. Portanto os princípios são caráter preventivo da ação policial, proteção especial, interesse superior de meninas, meninos, adolescentes e jovens, enfoque de gênero, responsabilidade compartilhada, etc.

Dentro do modelo preventivo policial desempenham um papel primordial a família, as amizades, o bairro, o entorno próximo, a escola, os colégios, inter-relacionados com as instituições do governo central ou local, igrejas e organizações não-governamentais. Aproximadamente quatro mil jovens se reintegraram à sociedade. Os tempos da brigada passaram, hoje são tempos das brigadas estudantis, brigadas esportivas, brigadas culturais ou outros tipos de brigadas que contribuam a fundo para potenciar o valor da juventude. São promovidos espaços de superação e diversão, oficinas de auto-estima, apoio para conseguir emprego para quem precisa, promoção da participação da família e da comunidade nos esforços de reintegração social, incorporação em tarefas próprias de prevenção e mitigação de desastres ou outros fenômenos, etc. Em resumo, é feita uma combinação do estudo dos diversos fatores de risco que se relacionam com a delinqüência juvenil, ao mesmo tempo que se potencializam os fatores protetores e tudo isso dentro de um conceito global de polícia comunitária pró-ativa, que se está afinando este ano.

8. POLÍCIA COMUNITÁRIA PRÓ-ATIVA (PCP) E PREVENÇÃO DE DELINQUÊNCIA JUVENIL

A política da relação polícia-comunidade e direitos humanos é a referência do Modelo PCP.

O modelo PCP é o sistema de funcionamento policial que contribui para assegurar que a instituição cumpra a sua missão orientada à cidadania com a melhor eficácia, eficiência e qualidade profissional e humana. O modelo PCP cruza transversalmente a instituição e como tal implica uma forma de pensar e fazer no cumprimento da missão policial. Constitui um

arquétipo transversal e integral do funcionamento institucional, que exige romper paradigmas, substituir cultura e crenças arraigadas, persuadir e convencer para que seja assumido por convicção. Tem dois componentes essenciais: o comunitário e o pró-ativo.

O componente comunitário é a vinculação com a comunidade como eixo principal da ação policial: auxílio judicial, segurança pública, trânsito, inteligência, pesquisas econômicas, assuntos juvenis, pesquisas drogas, administração, etc. O comunitário se desenvolve e é aproveitado reciprocamente a fim de resolver os principais problemas da comunidade em matéria de prevenção do delito e da delinquência, assim como oferecer um serviço de qualidade de acordo com a sua expectativa.

O componente pró-ativo se refere à prevenção policial e consiste em impulsionar e manter permanentemente uma conduta e atitude pró-ativa, ainda em meio daquelas situações nas que se deve reagir. Em outras palavras, é a conduta desenvolvida para prever causas e condições que possam facilitar com que ocorra um fenômeno de ordem policial, tal como a atividade delitiva, acidentes de trânsito, alterações da ordem pública, serviços policiais e administrativos, comunicação interna, comunicação externa, recursos humanos, etc.

O modelo tem na base a necessidade de abrir espaços para o concurso sinérgico do Estado, governo, empresa privada, organismos não governamentais e sociedade civil diante do fenômeno do delito, da delinquência e da violência, promovendo um espírito de cooperação e colaboração que é traduzido em estratégias que incidam na mudança de padrões de comportamento e oportunidades para a cidadania. A coordenação inter-institucional é um fator de importância primordial como condição imprescindível para a consecução de melhores níveis de segurança cidadã. Por isso, a PN deve impulsionar uma relação próxima com as instituições que têm relação com a sua tarefa para que localizem no centro o interesse comum, coordenem as políticas de forma que se consigam diferentes decisões e ações dentro de uma única visão de conjunto com sentido estratégico.

A prevenção social, policial e situacional está no centro do Modelo PCP. A tendência e o caminho da prevenção e controle da delinquência juvenil estão ganhando com o avanço do modelo; não há volta atrás, cada

dia mais se consente a idéia na polícia de que a missão policial tem assegurado o seu cumprimento efetivo e eficiente desde que seja executada passo a passo com a comunidade.

9. CONCLUSÃO

A Polícia Nacional da Nicarágua, nascida e enraizada na comunidade, transitou de um enfoque reativo para um enfoque preventivo global, e em particular, com relação à delinquência juvenil, cuja justeza foi expressa no fato de a Nicarágua ser um dos países mais seguros da América Latina e, ao mesmo tempo, a delinquência juvenil (ganguês/facções) é amadora e não há grandes organizações como é o caso de países como Guatemala, Honduras e El Salvador. Estudos das polícias da América Central, assim como de organismos internacionais são testemunhas dessa realidade.⁹

Notas

¹ Site Web da PN: www.policia.gob.ni ; *Polícia Nacional “Constituição Política. Leis. Regulamentos. Doutrina Policial, 1ª.Ed., Manágua, El Amanecer S.A.1998, 360 p.; Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IIDH) e Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI), “Diagnóstico Institucional”, Três tomos e sete anexos, Projeto Modernização, Desenvolvimento e Capacitação da Academia de Polícia e a Polícia Nacional da Nicarágua, 1999.*

² Valle Martinez, Marco A. “Diagnóstico de Segurança Cidadã da Nicarágua”, Projeto Apoio à implementação de uma estratégia de segurança cidadã na Nicarágua, NIC/02/MO2, PNUD e Ministério de Governo, 2002. Manágua, Nicarágua.

³ Ver trabalho da DAJ condensado no livro “Alcançando um sonho”, assinado pelo Primeiro Comissionado na inatividade, Edwin Cordero, Comissionado Major Haymin Gurdian, Chefe da DAJ, e Carlos Emilio López., Save Children, Editorial Criptos, Manágua, 2006, 200p.

⁴ Valle Martínez, Marco A. “Desenho da emergência policial 118 em Manágua”, Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IIDH), Manágua, 2001.

⁵ Informação sobre o Plano Ganguês está na documentação da Delegação Departamental de Manágua, entrevistas que efetuamos e, no texto citado na nota de rodapé 4.

⁶ Projeto “Segurança Cidadã na América Central”, IIDH, 1999.

⁷ Informação geral sobre o projeto se pode encontrar em IIDH, *Segurança Cidadã na América Central: Diagnósticos da situação, Equipamento de Pesquisa do IIDH. San José, Costa Rica. 2000*

⁸ Informe sobre las Relaciones Policía – Comunidad. 1999.

⁹ *Policías de Centroamérica, “Informe especial del estudio y evaluación de la actividad delictiva de las pandillas y maras en Centroamérica”, Diciembre 2003. Informe en power point; BID, “Crimen y violencia en Centroamérica”, Washington, Seminario Mayo 24, 2007.; WOLA, “Pandillas juveniles en Centroamérica”, Octubre 2006, Washington.*